



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
CAMPUS BINACIONAL OIAPOQUE
CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA – CLII
ÁREA CIÊNCIAS HUMANAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Título:

**O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO ENTRE OS POVOS INDÍGENAS
DE OIAPOQUE: A ATUAÇÃO DO CIMI NA ALDEIA ESPÍRITO SANTO**

***O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO ãT POV ÊDJË IELA DJI OIAPOK:
THAVAI DJI CIMI LA VILAJ SËTESPHUI***

Autora: ***Lurdimar dos Santos***

Acadêmica de Ciências Humanas da Licenciatura Intercultural indígena

Orientadora: *Profa. Dr. Carina Santos de Almeida*

Oiapoque, abril de 2018.

O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DE OIAPOQUE: A ATUAÇÃO DO CIMI NA ALDEIA ESPÍRITO SANTO

O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO ÆT POV ÆDJË IELA DJI OIAPOK: THAVAI DJI CIMI LA VILAJ SËTESPHUI

Autora: *Lurdimar dos Santos*

Resumo:

A trajetória histórica de atuação do CIMI entre os povos indígenas de Oiapoque e, especialmente entre o meu povo Karipuna da Aldeia Espírito Santo, é singular, nesse sentido, este Trabalho de Conclusão de Curso visou compreender o papel desta organização, sua importância e seu impacto em nossas áreas indígenas e no movimento indígena regional. A atuação do CIMI foi fundamental na luta dos povos indígenas de todo o Brasil e, em nossa região contribuiu em diversas conquistas na área da educação, da saúde, da política indígena com o surgimento das Assembleias, entre outras. Meu trabalho foi desenvolvido a partir de entrevistas realizadas com algumas pessoas de destaque nesse cenário de envolvimento com o CIMI, além de percorrer algumas leituras de referência.

Palavras-chave: CIMI, povos indígenas, conquistas;

Hezum:

Ximë, ixtua akisa ki CIMI fe æt pov ædjë dji Oiapok, ke boku kõtãtmã ke mo pov Karipun dji Vilaj Sëtesphui, lin so lãdã sa zes, sa travai dji finisiõ dji mo lekol, vize Kõphan papie dji sa ohganizasiõ, so ãpohtãs i akisa ki vinã ãsam ke li, ki bõ i ki pa bõ lãdã late dji ædjë, lãdã muvmã dji ædjë dji iextrad. Phuezãs dji CIMI, a dji ghã vale kã li teka mõthe kumã pu ædjë-iela bhuiga ke blang-iela dji tut Bhuezil i la no hejiõ li ide lãdã politik, lasãte, edukasiõ. Osi un ghã mumã kã CIMI lovui no uei, kã li ohganize un ghã heuniõ, ki no ka aple Asëblei, kote ka hasãble mun dji tut kote dji pei-la. Mo fe devlopmã dji mo thavai ke kek mun ki koze suje ximë i ixtua dji CIMI i ædjë dji mo komunite, osi mo li kek ãfohmasiõ lãdã kek liv ki ka pale dji sa lokaziõ.

Pahol-lakle: CIMI, pov ædjë-ela, akisa ie gãië.

Introdução

Meu nome é Lurdimar dos Santos, moro na aldeia Espírito Santo, localizada às margens do rio Curipi, pertenço a etnia Karipuna, sou professora na Escola Indígena Estadual João Teodoro Forte desde 1985, quando iniciei meus estudos no ensino bilíngue

com o apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), desde então atuei como monitora na escola e auxiliei na escrita da língua “patuá”, hoje reconhecida como Kheoul. Por isso eu escolhi esse tema de trabalho: o CIMI entre o povo Karipuna de Oiapoque. O CIMI foi o órgão que mais ajudou nas conquistas recentes dos povos indígenas no Brasil, sobretudo aqui na região de Oiapoque. Boa parte do que nós conquistamos hoje, como a demarcação de nossas terras, a Educação Escolar Indígena, a escrita na língua materna, o movimento indígena, a saúde e a realização das Assembleias veio dessa relação com o CIMI.

Até hoje o CIMI ainda ajuda na defesa dos povos indígenas, ele sempre manda o Jornal Mensageiro e a Revista Porantim para as lideranças e para a escola – pois não temos acesso a outros jornais impressos e nem aos disponíveis na internet –, só assim ficamos sabendo de tudo que está se passando com nossos irmãos indígenas por causa de terras. Nisso consiste a importância desse estudo, quando o CIMI chegou em Oiapoque, através do Padre Nello Ruffaldi, se colocou à disposição para trabalhar com os povos indígenas daqui e ajudar no que fosse preciso, e ele cumpriu o que ele tinha prometido, lutou com os indígenas pelas suas terras, pela Educação Escolar Indígena, pela saúde e pelo movimento de autonomia dos povos indígenas.

Segundo informa o site do CIMI, este órgão da Igreja Católica foi criado no ano de 1972 para atuar junto dos povos indígenas:

O CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, quando o estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. Site: www.cimi.org.br

No que se refere a religião entre o povo Karipuna, de modo geral, podemos dizer que praticamente todos eram católicos. Segundo informou a Irmã Rebeca Spires do CIMI, entrevistada por mim, ao mesmo tempo em que atuava a religião católica entre nós, praticávamos nossas crenças e rituais tradicionais sem quaisquer conflitos com a religião. A Irmã esclarece que a religião praticada naqueles tempos de sua chegada caracterizava-se por apresentar elementos do tempo da colônia, como a “ladainha” cantada em latim até hoje entre nós.

Nas últimas décadas começou a chegar outras religiões, sobretudo a evangélica nas aldeias, primeiro os evangélicos chegaram no Santa Isabel, depois no Açaizal, Manga, e,

por fim, no Espírito Santo. Infelizmente, essas religiões evangélicas vem trazendo alguns problemas e desunião nas comunidades, pois em suas falas manifestam que a religião deles é a melhor, deixando de valorizar a cultura, as crenças e os costumes próprios para seguir o caminho do pastor. Essas pessoas evangélicas não bebem mais o “caxixi” no “maiuhi”,¹ evento conhecido como mutirões, como também não participam dos “maiuhi” promovidos pelos católicos. O “caxixi”, bebida tradicional entre os povos indígenas do Oiapoque, foi substituído pelo refrigerante, os evangélicos não dançam mais o Turé (dança tradicional), não acreditam nas crenças tradicionais Karipuna e, muito menos nos “potás”. Os potás são rezas, cantos e assopros proferidos por uma pessoa para afastar espíritos ou almas, podem ajudar também na proteção, tem muitas coisas importantes que envolvem os “potás”.

Atualmente moram 552 pessoas na Aldeia Espírito Santo, conforme me informei no Posto de Saúde (2017). Os Karipuna vivem na Terra Indígena Uaçá, onde estão situados às margens do rio Curipi e na BR-156 e também na Terra Indígena Juminã, no rio Juminã. As primeiras e mais antigas aldeias dos Karipuna são Espírito Santo e Santa Isabel, localizadas no rio Curipi, depois que foram criadas outras aldeias importantes, como o Manga na década de 1970. Antigamente, na confluência do rio Curipi com o rio Uaçá, havia um local chamado Encruzo, com um Posto Indígena da agência indigenista do SPI/FUNAI que foi criado na década de 1940.

O método que usei para desenvolver e escrever o meu trabalho foi através de pesquisas e entrevistas. Assim, entrevistei o Padre Nello Rufaldi na cidade de Oiapoque, no dia 21 de fevereiro de 2017 e a irmã Rebeca Spires no dia 18 de outubro de 2017, ambos membros do CIMI. Também entrevistei Adriano Forte no dia 05 de fevereiro de 2017, Avelino Carivaldo dos Santos no dia 19 de fevereiro de 2017 e Fernando Forte no dia 08 de janeiro de 2018, todos moradores da Aldeia Espírito Santo. Com Eliete Narciso, residente no Espírito Santo, não cheguei a entrevistá-la, mas conversamos sobre as fotos que a apresentei da primeira escola em nossa comunidade, ainda, cheguei a conversar sobre minha pesquisa com Domingos Santa Rosa, indígena que trabalha na FUNAI.

Este estudo também contou com pesquisas em livros/documentos diversos, como o livro de Antonella Tassinari sobre os Karipuna, “No bom da festa”, a cópia do livro que

¹ O “caxixi” é uma bebida tradicional dos povos indígenas de Oiapoque, comumente é feita a base de mandioca branca. Essa mandioca branca tem muitas variedades conhecidas na língua Kheoul como praxtin, pecuí, phoaghukaua, papai, entre outras. O “maiuhi” é o nome dado ao evento conhecido como mutirão da roçagem, derrubada e plantio de roças, onde todas as pessoas das comunidades podem participar.

ganhei do Padre Nello chamado “Povos indígenas no Amapá e norte do Pará”, o livro “Currículo das escolas indígenas dos povos de Oiapoque” produzido com o CIMI e, ainda, minha pesquisa contou com minhas memórias, conhecimentos e experiência pessoais de vida.

1. OS KARIPUNA E A CHEGADA DO CIMI

Muito antes da chegada do CIMI entre os Karipuna, a nossa religião já era a Católica. Comemorávamos festas religiosas na aldeia Espírito Santo e rezávamos a “ladainha”, algo que até hoje fazemos nas festas do padroeiro da aldeia, o Divino Espírito Santo. Essa “ladainha” era feita pelo finado Tãgaha, somente ele sabia rezar nas festas de todos os Santos comemoradas na aldeia, mas seus filhos sempre o acompanhavam quando rezava e conseqüentemente aprenderam. Assim, quando Tãgaha faleceu, seus filhos Juvenil e Abel assumiram a reza da “ladainha”, depois, a comunidade pediu que Juvenil ensinasse para os jovens a “ladainha”, então reuniram um grupo e foi ensinado. Hoje, quem faz a “ladainha” nas festas católicas é o grupo de jovens.

O Padre Nello chegou em Oiapoque em 1971, ele demonstrou ser uma boa pessoa, costumava visitar as comunidades e todos gostavam dos trabalhos que ele fazia nas aldeias, como os batizados e as reuniões, sempre ajudava a nos organizar cada vez mais, além disso tudo, o Padre Nello entendia a nossa língua. Recordo-me que ele aprendeu a compreender o “patuá”, conforme as pessoas conversavam em nossa língua ele respondia em português, era assim a nossa comunicação. Em minha comunidade Espírito Santo a língua falada cotidianamente é o “patuá”, muito pouco falamos em português, assim, para termos uma boa relação de comunicação com pessoas de fora da aldeia é necessário que estas aprendam ou compreendam a nossa língua. A língua “patuá” hoje na universidade e na região é reconhecida como Kheoul, para nós Karipuna da Aldeia Espírito Santo sempre foi chamada de “patuá”, contudo, quando ingressei no curso de Licenciatura Intercultural Indígena aprendemos que a denominação mais adequada para nossa língua é Kheoul e não “patuá”.

Figura 1: Escola implantada pelo governo do Estado do Pará na década de 1930 para atender aos Karipuna na Aldeia Espírito Santo, rio Curipi



Fonte: RONDON, Cândido M. *Índios do Brasil, das cabeceiras do Rio Xingu, dos Rio Araguáia e Oiapóque*. v.II. CNPI, Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1953. p.303.

A aldeia mais antiga dos Karipuna no rio Curipi é a Espírito Santo, só que essa aldeia foi construída primeiramente na margem oposta do local atual, num lugar chamado “Jõdef”, situado numa ilha conhecida como “Sodo”, segundo me contou o finado Calisto alguns anos atrás. Essa aldeia mudou de lá quando ocorreu um incêndio na Igreja e a imagem do santo Espírito Santo queimou junto, assim, os Karipuna mudaram dali para a ilha Taminã onde hoje está localizada a Aldeia Espírito Santo. Na figura 1 é possível visualizar a antiga escola que havia na aldeia e que foi implantada pelo governo do Estado do Pará na década de 1930.

Figura 2: Professora Verônica ensinando crianças Karipuna a na década de 1930 na Aldeia Espírito Santo, rio Curipi



Fonte: RONDON, Cândido M. *Índios do Brasil, das cabeceiras do Rio Xingu, dos Rio Araguáia e Oiapóque*. v.II. CNPI, Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1953. p.303.

De acordo com minha pesquisa realizada com pessoas antigas da comunidade Espírito Santo, como dona Eliete Narciso, de 80 anos de idade, e seu Avelino Carivaldo dos Santos, de 73 anos de idade, as moradias mais antigas existentes era a de seu João Teodoro Forte e do seu genro Aceno Forte, inclusive, seu Aceno eram quem cuidava da professora Verônica como filha. Na figura 2 é possível ver a professora em pé com os alunos sentados e na figura 1 o local onde funcionava a escola Karipuna na antiga Aldeia Espírito Santo. A dona Eliete falou que o irmão dela chegou a estudar nessa escola, só que ela não conheceu a casa onde funcionava porque eles moravam longe da aldeia numa ilha chamada Badajó. No dia 23 de abril de 2017 entrevistei na aldeia o senhor Avelino Carivaldo dos Santos, antigo tuxaua da aldeia, ele me contou que naquela época, antes ainda da chegada do CIMI, os Karipuna do rio Curipi tinham 3 (três) aldeias, Espírito Santo, Santa Isabel e Açaizal.

De acordo com a entrevista do Padre Nello, ele chegou em Oiapoque no mês de junho de 1971, antes de ser fundado o CIMI, conta que foi um bispo quem o mandou para cumprir uma missão aqui em Oiapoque, para ajudar outro padre chamado Tomás Maisto.

Recorda que logo tomou conta da juventude de Clevelândia do Norte e do interior do município de Oiapoque, pois naquela época o interior do município era composto, em sua maioria, por população indígena. Lembra que ocorreu um grande encontro organizado pela FUNAI, para estabelecer um acordo com as missões religiosas que trabalhavam entre os povos indígenas. Em seguida, o Padre recorda que foi para Brasília e, neste período, fundou-se o CIMI, Conselho Indigenista Missionário:

Cheguei em junho de 1971. Bom, eu, isto é uma história comprida, eu e o bispo, me mandou para, enviou para cumprir uma missão em Oiapoque, ajudando outro padre, Padre Tomas Maisto. Eu vim aqui para ajudar ele, eu logo tomei conta da juventude de Clevelândia e do interior do município. A maioria da população era indígena, quase a metade do município era formado de povos indígenas e aqui então teve um grande encontro que a Funai organizou para um acordo com as missões que trabalhavam entre os índios. Eu fui para Brasília e aí neste período nasceu o CIMI, Conselho Indigenista Missionário, eu entrei logo a fazer parte desse organismo, mais tarde vamos ver como o CIMI trabalhou. Entrevista cedida a Lurdimar dos Santos no dia 21 de janeiro de 2017, na Paróquia de Oiapoque, Comunidade Missão nas Fronteiras.

Quando Padre Nello chegou aqui, ele não era do CIMI, ele era somente um padre. Desde que integrou o CIMI, passou a trabalhar com todos os povos indígenas do Brasil. Mas aqui em Oiapoque ele trabalhou com os Karipuna, Palikur, Galibi-Marworno e Galibi-Kalinã. O trabalho do CIMI foi muito válido e proveitoso para os povos indígenas, o Padre ajudava as lideranças a se organizarem para defender os seus direitos e protegerem suas culturas e línguas, ajudou na demarcação das terras, na educação diferenciada com a construção de um currículo diferenciado, entre outras coisas.

Dentre as entrevistas e pesquisas que fiz a respeito das relações religiosas dos povos aqui de Oiapoque, o entrevistado Avelino Carivaldo dos Santos me contou que todos as pessoas eram católicas naqueles tempos, somente alguns Palikur eram evangélicos. Antes do CIMI chegar aqui, tinha um padre, que se chamava Jorge, era ele quem fazia o batismo na Aldeia Espírito Santo e tinha também um outro padre francês que vinha visitar a aldeia aqui.

Seu Adriano Forte catequista da Aldeia Espírito Santo, em outra entrevista que fiz, conta que antes do CIMI não tinha culto e nem batizado, o batismo inclusive era realizado somente em casa, prática conhecida como *ãduie*, feito com água benta e três galhos da planta *txibale*, conhecida como vassourinha. Recorda que quando queriam batizar seus filhos, os moradores da aldeia iam buscar o padre em Oiapoque a remo. Na aldeia só tinha a ladainha que o finado Tãgaha rezava, antigo tuxaua que atuou nos tempos do CIMI, antes de seu Avelino assumir como cacique.

Perguntei a seu Avelino quem assumiu como cacique na Aldeia Espírito Santo quando Tãgaha saiu da condição de tuxaua, então, disse-me que quando o Tãgaha saiu foi ele quem assumiu como cacique, ele foi escolhido e assumiu durante 10 anos. Explica que depois não quis mais ficar, pediu a demissão na comunidade e logo foi escolhido como cacique seu Manoel Margarido Batista, primo do seu Avelino, que assumiu, mas não durou muito, a comunidade tirou ele porque não dava conta do seu trabalho. Assim, a comunidade ficou sem cacique, logo depois fizeram uma outra reunião para escolher um novo cacique, aí novamente foi escolhido o seu Avelino, que recusou, mas depois ele aceitou e assumiu por mais 4 anos quando saiu definitivamente do cargo de cacique.

Uma pessoa muito importante no contexto da atuação do CIMI entre o povo Karipuna foi a irmã Rebeca Spires. Segundo explicou o Padre Nello em sua entrevista ela veio quando o tuxaua Tãgaha fez um pedido a ele, solicitou a presença de alguém do órgão que viesse principalmente para reforçar a língua e a cultura do povo, e dessa forma, promover o ensino da catequese religiosa. Então, naquela época, veio trabalhar com o Padre Nello outra pessoa do CIMI, a irmã Rebeca. O Padre explica que fez um pedido para a irmã vir morar na Aldeia Espírito Santo para que ela pudesse aprender a língua Kheoul ou o patuá e, dessa forma, preparar os professores indígenas bilingue. A irmã Rebeca fez isso durante dezoito meses, os Karipuna ensinaram a língua enquanto a irmã ensinava a escrita. Os primeiros professores bilingue de nossa Aldeia foram os monitores Genésio e Fernando. Foi assim que a irmã Rebeca chegou na Aldeia Espírito Santo, nesse contexto de trabalho junto com o Padre Nello.

A data da chegada da Irmã Rebeca na Aldeia Espírito Santo foi 1978. Segundo explicou-me em entrevista concedida no dia 18 de outubro de 2017, em Oiapoque, ela veio para a Aldeia Espírito Santo a pedido do tuxaua Tãgaha para trabalhar com a língua materna. Conta que em nossa aldeia os estudantes encontravam muitas dificuldades e não conseguiam passar da primeira série com os professores não-indígenas porque não falavam o português. Assim, esclarece que havia muitas reclamações destes professores e que costumeiramente chamavam os alunos de “burros”. A pedido do tuxaua, além de ajudar na escola, a irmã também dava catequese na Aldeia.

O Padre Nello sempre foi bem-vindo por todos os Karipuna, pelas lideranças, bem como pelas comunidades em geral, quando ele chegava nas comunidades costumava conversar com todo mundo, circulava pela Aldeia, participava dos trabalhos nas comunidades e sempre ajudava nas organizações, como o “maihí”, momento em que a

comunidade se reúne para capinar, plantar, derrubar a mata, entre outras atividades coletivas. Me recordo que quando o Padre Nello chegou entre nós ele ajudou a organizar as lideranças porque era importante termos um representante político, naquela época não havia ainda um “cacique” na Aldeia como temos hoje, dessa forma o Padre pediu para que nós escolhêssemos nosso representante, então, o primeiro tuxaua indicado foi o senhor Tãgaha, chamado Raimundo Nonato.

Conforme esclarece o senhor Fernando Forte, em entrevista realizada no dia 08 de janeiro de 2018, na cidade de Oiapoque, o CIMI chegou na aldeia, trouxe a escola, a evangelização e a catequese, inclusive trouxe a capacitação para monitores na língua materna, quando surgiram os primeiros monitores da Aldeia Espírito Santo, como ele, Genésio Forte, Cleta dos Santos, Gil dos Santos e Zildo Narciso. Informa também que o CIMI foi o órgão que mais lutou pela demarcação de nossas terras. Em sua avaliação o CIMI lutou também pela formação dos professores indígenas e pessoas para trabalhar na Igreja Católica, promoveu a sua formação como técnico de Enfermagem e de outras pessoas com o objetivo de apoiar a saúde indígena nas aldeias.

De forma geral, seu Fernando compreende que o CIMI ajudou muito a população indígena, principalmente promovendo as viagens das lideranças para Brasília, na defesa dos direitos dos povos nas conferências nacionais e regionais e, até os dias de hoje, o CIMI continua ajudando os povos indígenas na defesa de seus direitos, principalmente na parte da saúde. Cita que quando uma pessoa fica doente e precisa fazer uma cirurgia ou necessita de remédio e não tem condições, o CIMI sempre apoia. Apesar deste órgão hoje não estar presente nas aldeias, continua conectado com as discussões e leis do governo que pretendem prejudicar as populações indígenas. Segue a narrativa de seu Fernando:

A partir que o CIMI chegou na aldeia Espírito Santo ele trouxe a escola, a evangelização e a catequese. Nessa escola foi onde o CIMI trouxe a capacitação para monitores na língua materna onde participou eu Fernando Forte, Genésio Forte, Cleta, Gil dos Santos e Zildo. E também foi a primeira pessoa que lutou pela demarcação da nossa terra que hoje a nossa terra é demarcada, lutou também pela formação dos professores indígenas e formação de pessoas para trabalhar na igreja católica. Assim continuou trabalhando com a população indígena em geral, ajudando nas viagens para Brasília, para defender os nossos direitos. Foi o CIMI que fez a minha formação como técnico de enfermagem para trabalhar na minha aldeia. E hoje o CIMI ainda continua ajudando os povos indígenas na defesa dos seus direitos e também principalmente na parte da saúde quando uma pessoa precisa fazer uma cirurgia ou precisa de remédio e não tem condições de comprar, o CIMI sempre dá esse apoio nessa parte, e alertando também em tudo sobre a lei que vem prejudicando a população indígena, sempre eles estão à frente para ajudar nós indígena, só eles não estão diretamente nas aldeias, mas o CIMI está ligado nas lei de desrespeito aos indígenas. (Entrevista cedida à Lurdimar dos Santos, no dia 08 de janeiro de 2018, na cidade de Oiapoque).

2. O CIMI E AS CONQUISTAS DO POVO KARIPUNA

O CIMI contribui muito com os povos indígenas do Oiapoque. Este órgão ajudou na organização de várias reuniões nas aldeias que procuravam discutir as necessidades e as dificuldades que nós indígenas encontrávamos para nos defender dos não-índios. Então, em todas as ocasiões o CIMI sempre estava presente para ajudar os caciques no que fosse preciso, ajudava a fazer cartas, ofícios ou documentos necessários em prol dos nossos direitos. O CIMI sempre ajudou as lideranças do Oiapoque, indicando o caminho e os mecanismos de defesa frente aos não-índios, assim, foi o principal responsável na defesa contra as leis que prejudicavam os direitos dos povos indígenas em diversos momentos, como no Congresso Nacional em Brasília.

As conquistas que vieram com o apoio do CIMI para nós povos indígenas do Oiapoque foram muitas, dentre elas destaco a demarcação de nossas terras indígenas, como TI Uaçá, TI Juminã e TI Galibi, dos povos Karipuna, Galibi-Marworno, Galibi-Ka'lina e Palikur; a criação das Assembleias dos Povos Indígenas do Oiapoque que ocorrem desde 1976 até os dias de hoje, o que contribuiu diretamente para o fortalecimento das lideranças do movimento indígena na região; ainda, destaco o apoio no ensino da escrita da língua materna, a construção e autonomia de uma educação escolar diferenciada, com um currículo próprio e específico, bem como a formação profissional de professores indígenas para atuar na educação escolar indígena, o fortalecimento da escola bilingue e a realização de conferências de educação e dos jovens mais recentemente. O CIMI também ajudou no âmbito da saúde, com a formação profissional indígena para técnicos em Enfermagem.

O CIMI foi muito importante em nossas ações e direitos, se preocupava de fato conosco, com os povos indígenas no Brasil. Contudo, acredito que também teríamos alcançado muitas das conquistas que o CIMI nos apoiou de outras formas, pois havia parceiros que apoiavam a defesa dos direitos dos povos indígenas em outras instâncias. De todos os apoiadores foi o CIMI o órgão mais atuante entre nós, as lideranças indígenas sempre procuravam ir até o CIMI ou outros órgãos para saber das informações sobre as leis que vinham ocorrendo e que podiam prejudicar os nossos direitos. O CIMI sempre procurava alertar as lideranças indígenas sobre tudo o que estava ocorrendo, já os outros órgãos estavam mais distantes de nós, somente apoiavam quando as lideranças pediam ajuda.

A FUNAI, ajudou na demarcação de nossas terras, lutou fortemente conosco, contudo, como sendo um órgão do governo, sempre esperava a boa vontade deste último, enquanto que o CIMI nos ajudava a pressionar e tomar à frente na luta pela demarcação, sem desistir dos direitos pela terra. Assim, conseguimos demarcar nossas terras indígenas, como Terra Indígena Galibi, possui 6.689 hectares, demarcada e homologada pelo Decreto n.º 87844 em 22 de novembro de 1982. A Terra Indígena Uaçá, com 470.164 hectares, demarcada e homologada pelo Decreto n.º 298 em 30 de outubro de 1991. E a Terra Indígena Juminã, com 41.601 hectares, demarcada e homologada pelo Decreto s/n em 22 de maio de 1992.

2.1 O Movimento Indígena entre os povos indígenas de Oiapoque

O CIMI foi a instituição que mais ajudou os Karipuna e os povos indígenas de Oiapoque nos movimentos de autonomia a partir dos anos de 1970. Essa instituição contribuiu em muitas coisas, dentre elas destaco o processo de reconhecimento e demarcação das terras indígena da região, ação esta que foi resultado das demandas originadas durante a realização de Assembleias políticas com os povos indígenas de Oiapoque.

Quando as Assembleias surgiram na década de 1970, especificamente no Oiapoque em 1976, elas eram anuais, as lideranças reuniam-se para estabelecer a pauta de discussão um dia antes e, em seguida, a comunidade participava da Assembleia como ouvinte. Me recordo que de primeiro havia até jogos entre as comunidades, realizados no encerramento da Assembleia, como futebol, canoagem, natação, zarabatana, corrida, arco e flecha, reunindo-se muita gente. Hoje as Assembleias são um pouco diferentes, pois elas ocorrem de dois em dois anos – Assembleia Geral –, sendo que no início do ano ocorre a Assembleia de Avaliação e em agosto, setembro ou outubro, conforme indicam os organizadores e lideranças, ocorre a Assembleia Geral.

Em 1988 aconteceu uma grande Assembleia na Aldeia Kumarumã com a participação das diversas etnias dos indígenas do Amapá e norte do Pará, onde se fizeram presentes também representantes indígenas de outros povos e regiões, como os Kaiapó e os Terena, tendo como um dos objetivos da referida Assembleia justamente discutir estratégias para a mobilização de representantes indígenas da região em Brasília. Essa Assembleia procurou fortalecer o Movimento indígena Nacional, visando fazer pressão

sobre as autoridades para assegurar ou para garantir os direitos pretendidos pelos povos indígenas na formulação da nova Constituição Federal de 1988.

O Padre Nello em sua entrevista disse que não veio para o Oiapoque impor “*ideias na cabeça dos índios*”, e sim para apoiar as escolhas e as decisões “*dos próprios povos indígenas*”. Perguntei ao Padre quando ele se distanciou diretamente ou quando deixou de participar das Assembleias e reuniões nas aldeias, sendo que ele afirmou que até “*agora*” participa e que o CIMI continua se envolvendo com os povos indígenas, mas “*de forma diferente*”. Argumenta o Padre que a partir da atuação do CIMI os povos indígenas foram assumindo suas demandas à medida que nós, povos indígenas, tomamos conta de nossas necessidades. Ressalta também que o CIMI visou preparar pessoas para “*tomar conta*” das situações e que a presença da instituição deixou espaço para que “*os índios*” assumissem suas ações e tomassem à frente, mas que o CIMI “*até agora*” continua trabalhando com os povos indígenas. Segue a fala do Padre Nello:

Não, até agora a gente tá continuando de forma diferente, nós trabalhamos muitos anos, a partir da parte da educação, saúde e religião, e, mas, depois na medida que os povos indígenas tomavam conta eles mesmos de suas necessidades, preparamos pessoas para tomar conta, na medida que precisava menos da presença da gente, a gente deixou espaços para os índios assumirem, mas até agora nós estamos continuando trabalhando com os povos indígenas. (Entrevista cedida a Lurdimar dos Santos no dia 21 de janeiro de 2017, na Paróquia de Oiapoque, Comunidade Missão nas Fronteiras).

Segundo explica o Padre Nello quando ele chegou na região de Oiapoque começou a visitar as aldeias indígenas, a primeira coisa que “*os índios*” pediram foi o “*batismo das crianças*”. Logo no início da sua atuação viu a “*situação*” em que se encontravam os povos indígenas da região, então começou a desenvolver a “*missão*” que o CIMI propunha aos seus integrantes. Quanto a essa situação encontrada percebeu que os povos indígenas da região não tinham suas terras demarcadas e tinham muita carência na parte da educação, da saúde e da economia, assim, começaram então a “*trabalhar*” numa “*missão mais global*” que considerava “*todas as necessidades dos povos indígenas*”.

Bom, eu comecei a visitar os índios e eles pediam para o padre o batismo das crianças, mas logo no começo a gente viu a situação em que se encontrava os povos indígenas e a gente começou com o por quê? A missão que o CIMI propõe para nós, era uma missão que levava em conta a situação real dos povos indígenas, então os povos indígenas aqui não tinham as terras demarcada e tinha muita carência na parte da educação, de saúde, de economia e, a gente começou então a trabalhar, um trabalho, uma missão mais global, levando em conta todas as necessidades dos povos indígenas. Entrevista cedida a Lurdimar dos Santos no dia 21 de janeiro de 2017, na Paróquia de Oiapoque, Comunidade Missão nas Fronteiras.

A Irmã Rebeca afirma que tanto a educação quanto a religião ajudaram no processo de conscientização dos indígenas, contribuía de maneira para a afirmação dos nossos direitos, como a atuação das Assembleias e nas atividades políticas regionais, segue sua fala: *“Além da educação e religião com a conscientização sobre seus direitos e sua participação em Assembleia e atividades políticas.”*. Argumenta que durante seu trabalho ela sempre procurou conscientizar os povos indígenas sobre os bons caminhos para defendermos nossos direitos. Naquela época a FUNAI criou um projeto relacionado a agricultura que queria desenvolver na Aldeia Espírito Santo, mas a comunidade não aceitou por que não havia sido consultada se queria ou não o referido projeto. Em decorrência disso, a FUNAI logo pensou que a culpa era dela, irmã Rebeca, e do Padre Nello, assim, pediram para que ela saísse do Espírito Santo e convocaram uma grande reunião na aldeia. A FUNAI pediu para que a comunidade mandasse a irmã Rebeca embora. Prontamente, a irmã disse que, se fosse vontade da comunidade, ela iria, mas se fosse por vontade da FUNAI, ela se recusava, porque argumentava que estava na aldeia, atuando, por causa dos indígenas. Dessa forma, a comunidade decidiu que ela ficaria e, de fato ficou e continuou seu trabalho na Aldeia.

Sim, durante o meu trabalho na sua aldeia eu sempre procurava conscientizar o povo sobre bons caminhos para defender seus direitos. Então a FUNAI teve um projeto para fazer na aldeia Espírito Santo, e quando foi apresentado na aldeia Espírito Santo, a comunidade não aceitou e logo pensaram (FUNAI) que a culpa era minha e do Padre Nello, e pediram para que eu saísse do Espírito Santo, e convocou uma grande reunião na aldeia para que a comunidade mandasse eu embora. Eu falei, se for por vontade da comunidade eu vou, mas se for por vontade da Funai eu não vou! Porque eu estou aqui por causa de vocês! Então a comunidade decidiu para que eu ficasse, e eu fiquei e continuei meu trabalho. Entrevista cedida a Lurdimar dos Santos no dia 18 de outubro de 2017, na Paróquia de Oiapoque, Comunidade Missão nas Fronteiras.

2.2 Educação Escolar Indígena entre os povos indígenas de Oiapoque

O CIMI contribuiu com o fortalecimento de nossa língua materna, possibilitou que ela passasse da condição oral para a escrita. Esse fortalecimento ocorreu primeiramente na Aldeia Espírito Santo, depois continuou nas outras aldeias dos povos indígenas de Oiapoque. A instituição ajudou na formação de professores monitores bilingues, através da intervenção da irmã Rebeca. Inclusive, o CIMI ajudou a trazer para a escola da Aldeia Espírito Santo professores não indígenas responsáveis pela implantação do supletivo na aldeia para atender a educação de jovens e adultos Karipuna.

Em seguida, também ajudou os professores monitores bilingues que vinham desenvolvendo trabalho com a irmã Rebeca a fazer vários cursos de capacitação sediados na Paróquia Católica da cidade de Oiapoque. Esses cursos visavam a formação continuada dos professores monitores bilingues, a construção de materiais didáticos na língua materna para instrumentalizar o trabalho com as crianças nas séries iniciais das escolas que haviam nas aldeias. Participavam destes cursos na Paróquia de Oiapoque professores monitores Karipuna, como também Galibi-Marworno e, posteriormente, participaram os professores monitores Palikur.

A irmã Rebeca afirma que as conquistas na educação escolar foram importantes, o curso para professores bilíngues conseguiu alcançar considerável números de jovens e adultos escrevendo e lendo na sua própria língua. Recorda também que posteriormente os próprios alunos monitores lecionaram, deram aulas gratuitas para as crianças da aldeia, enquanto a comunidade ajudava com uma pequena colaboração em alimentos.

Uma contribuição singular foi a criação e implementação do Curso de Magistério para professores indígenas. Esse Curso visou a formação profissional de alguns professores para trabalhar na educação escolar de 1^a a 4^a séries nas aldeias, desenvolvendo-se entre os anos de 1990 e 1995 (CURRICULO, 2006, p.23 e 24). Na área de educação o CIMI contribuiu para construir uma proposta de currículo em 1996 e, posteriormente, para a construção do Currículo específico e diferenciado para o Ensino Fundamental das escolas indígenas Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi Kal'inã no ano de 2006. Esse Currículo foi elaborado a partir da intervenção do CIMI – irmã Rebeca e Padre Nello – que reuniram com todos os professores indígenas das quatro etnias que já atuavam na educação escolar em suas aldeias.

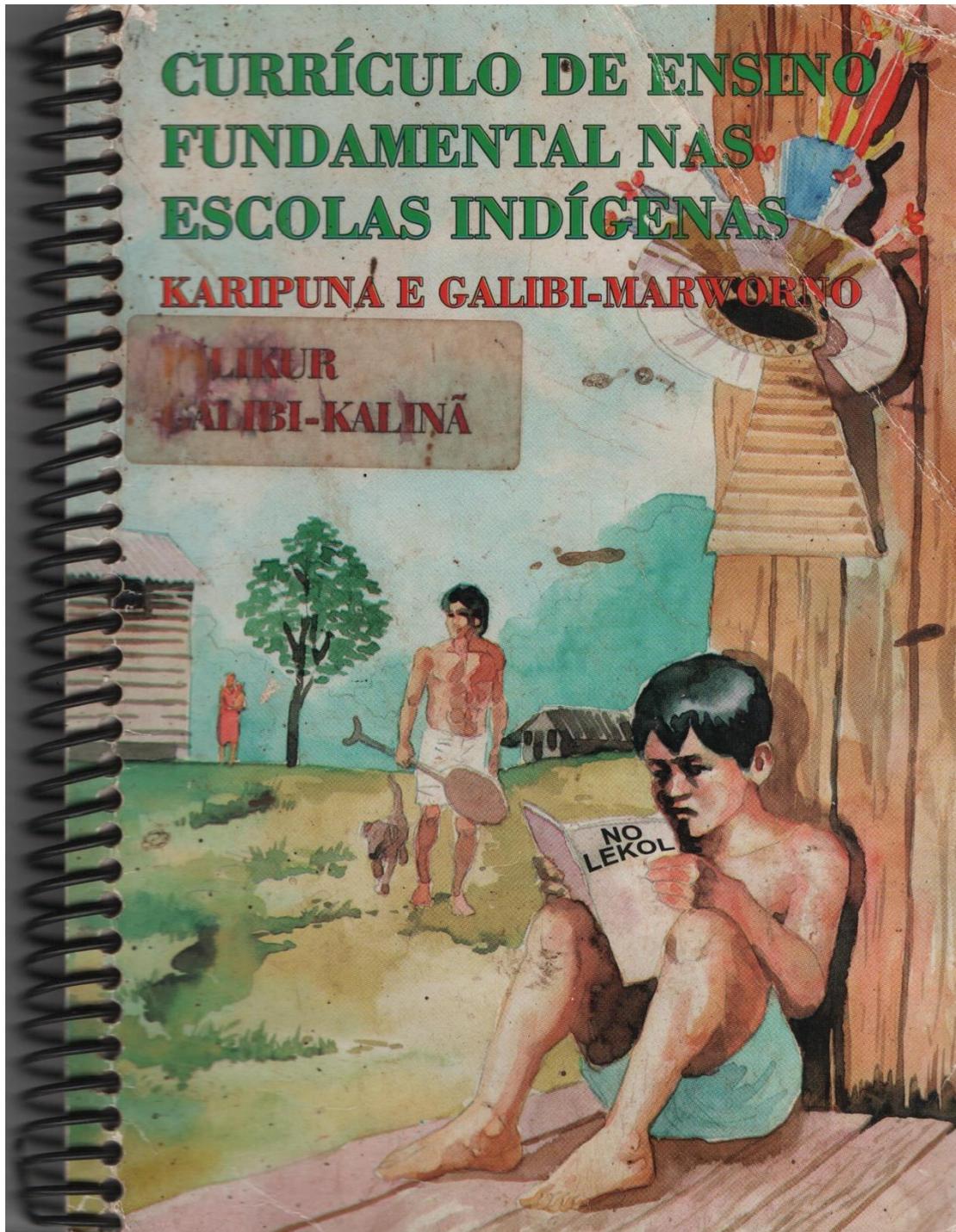
A construção do Currículo de Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi-Kalinã faz parte de um processo gestado ao longo das décadas de 1980 e 1990 entre comunidades, professores indígenas, missionários e profissionais, conforme explica o próprio Currículo em sua sessão de apresentação. Assim, contou com a participação e colaboração de importantes professores e universidades, como Eneida de Assis da Universidade Federal de Pará (UFPA), Antonella Tassinari da Universidade de São Paulo (USP), Orlando e Cristina Souza da Universidade de Campinas (UNICAMP), Enzo e Maria Ruffaldi da Universidade de Florença (Itália), ainda com o apoio da equipe pedagógica da Universidade Politécnica Salesiana de Quito (Equador) (CURRICULO, 2006, p.02 e 03).

Na década de 1980 o CIMI em diálogo com a SEECE/Macapá,² FUNAI e com as comunidades e professores promoveu uma “nova educação escolar integrada com a realidade do povo, no respeito da cultura e reforço da identidade étnica” (CURRÍCULO, 2006, p.23). Essa “nova educação escolar” visava instrumentalizar os professores indígenas em sua capacitação com o objetivo de promover a defesa e a conquista de seus direitos específicos. Me recordo quando iniciei na escola como monitora bilingue em 1985 que era muito pouca a atenção do governo do estado no apoio as nossas escolas, fiz todo o meu Ensino Fundamental na Aldeia Espírito Santo, nesse período a prefeitura de Oiapoque construiu uma escola na comunidade, então passamos a estudar lá. Para continuar meus estudos no Ensino Médio precisei ir estudar na Aldeia Santa Isabel, íamos num grande grupo todos os dias de voadeira às 13 horas da tarde e retornávamos às 18 horas.

O título do livro “Currículo de Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas Karipuna e Galibi-Marworno”, conforme mostra a Figura 3, destaca estes os povos Karipuna e Galibi-Marworno, isso porque foram estes que deram início a construção e inauguraram uma proposta de currículo para suas escolas. Os Palikur e Galibi-Kalinã entraram depois para essa discussão de currículo, conforme percebe-se na figura, onde seus nomes foram inseridos depois na capa do livro. Me recordo que a partir do momento em que os monitores bilingues Palikur e Galibi-Kalinã participaram das oficinas de formação promovidas pelo CIMI na Paróquia de Oiapoque é que estes povos começaram a perceber a importância deste currículo e desejaram fazer parte dessa proposta que, apesar de única para todos os povos, preconiza o respeito a cultura e especificidade de cada povo e escola. Essa participação tardia é decorrente da falta de professores que soubessem escrever a língua.

² SEECE/Macapá possivelmente é a sigla para Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amapá, contudo, a fonte de informação não deixa claro o significado completo desta sigla (CURRÍCULO, 2006, p. 23).

Figura 3: Currículo de Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi-Kalinã



Fonte: CURRICULO, 2006.

Recordo-me que foi quando o CIMI solicitou mais monitores para trabalhar com a alfabetização em nossa comunidade que acabei por participar do primeiro curso na Paróquia na cidade de Oiapoque com o objetivo de aprender a fazer um plano de aula e a

trabalhar na língua materna. Como eu era falante do Kheul foi fácil aprender a ler e escrever, assim poderia alfabetizar e ensinar na língua.

Este Currículo foi muito importante para as escolas indígenas e consiste numa proposta pioneira para a educação escolar indígena entre os povos indígenas de Oiapoque, uma vez que apresenta dentre os principais aspectos da proposta curricular específica o pressuposto da nossa realidade cultural como elemento de conhecimento indígena a ser valorizado para que depois possamos acessar o conhecimento dos não índios. Mostra também o caminho para a melhoria do aprendizado dos alunos, hoje temos o nosso calendário específico que passou a ser construído a partir da reflexão e construção dessa nova proposta curricular. Assim, surgiu uma educação escolar bilíngue, comunitária, diferenciada e que deu oportunidade para que todos os professores das comunidades sejam professores indígenas da própria etnia.

Conforme está explicado no Currículo, essa proposta de elaboração de um currículo diferenciado pelas comunidades, professores indígenas, missionários e profissionais surgiu em 1996 e, foi apresentada em um Seminário na Aldeia Manga durante cinco dias do mês de dezembro para finalizar o trabalho. Este Seminário contou com a participação de diversas pessoas que hoje atuam como professores e, com outras que apesar da formação, não atuam mais como professores. A seguir apresenta-se duas imagens com a lista de participantes deste Seminário:

Figura 4: Lista com os nomes dos participantes do Seminário realizado na Aldeia Manga

Nós professores e estagiários abaixo relacionados, participantes do XX Encontro-Curso-Oficina que se realizou, na cidade de Oiapoque, de 03 a 12 de janeiro 1998, vimos solicitar ao Conselho de Educação do Estado do Amapá, Secretaria de Educação e demais órgãos competentes, a aprovação da "Proposta Curricular e Pedagógica para as Escolas Karipuna e Galibi-Marworno no Município de Oiapoque". A mesma é fruto de nosso trabalho com a contribuição de ampla assessoria e de debates em nossa comunidades.

Queremos, com esta iniciativa contribuir a realização de uma escola indígena bilingüe e intercultural em nossas aldeias.

Confiando na compreensão e interesses dos senhores esperamos uma resposta e apoio para que o nosso sonho se torne realidade

12 de janeiro de 1998

N	NOME	ALDEIA	assinatura
1.	Miriam dos Santos	MANGA	Miriam dos Santos
2.	Eliseu Santana	MANGA	Eliseu Santana
3.	Mariniza dos Santos	MANGA	Mariniza dos Santos
4.	Ma. Sonia Anika	MANGA	Ma. Sonia Anika
5.	Júlio dos Santos	MANGA	Júlio dos Santos
6.	Keila dos Santos	MANGA	Keila dos Santos
7.	Lucélia dos Santos	MANGA	Lucélia dos Santos
8.	Sandra d.S. Forte	MANGA	Sandra dos Santos Forte
9.	Erlis dos Santos	MANGA	Erlis dos Santos
10.	Grimaldo F. Santos	MANGA	Grimaldo F. Santos
12.	Jonas F. Aguiar	MANGA	Jonas F. Aguiar
13.	Valdirene dos Santos	MANGA	Valdirene dos Santos
14.	Estácio dos Santos	MANGA	Estácio dos Santos
15.	Décio dos Santos	MANGA	Décio dos Santos
16.	Galdino F. Anika	PAXIUBAL	Galdino F. Anika
17.	Auxiliadora d. Santos	JAPIM	Auxiliadora d. Santos
18.	Mariteide d. Santos	Sta IZABEL	Mariteide d. Santos
19.	Ednalda d. Santos	Sta IZABEL	Ednalda d. Santos
20.	Jacson da Paixão	Sta IZABEL	Jacson da Paixão
21.	Daniel Silva	Sta IZABEL	Daniel Silva
22.	Valdison Forte	Sta IZABEL	Valdison Forte
23.	Robersoni Anicá d. S.	MANGA	Robersoni Anicá dos Santos
24.	Oswaldo Iaperrá	FLECHA	Oswaldo IAPARRÁ
25.	Edina dos santos	ESPIRITO SANTO	Edina dos Santos
26.	Iranilson Forte	ESPIRITO SANTO	Iranilson Forte
27.	Eudes dos Santos	ESPIRITO SANTO	Eudes dos Santos
28.	José Garcia Santana	MANGA	José Garcia Santana
29.	Erasto dos Santos	AÇAIZAL	Erasto dos Santos
30.	Lídia dos Santos	KUMARUMÁ	Lídia dos Santos

Figura 5: Continuação da lista com os nomes dos participantes do Seminário realizado na Aldeia Manga

31	Francinete da Sila	KUMARUMÃ	
32	Ademar Malaquias	KUMARUMÃ	Ademar Malaquias
33	Manoel dos Santos	KUMARUMÃ	Manoel dos Santos Galibi
34	João Alexandre	KUMARUMÃ	João Alexandre Galibi
35	Jonivaldo Roberto	KUMARUMÃ	Jonivaldo Roberto dos Santos
36	Nazaré Nunes	KUMARUMÃ	Nazaré Nunes
37	Sueli Quaresma	KUMARUMÃ	Sueli Quaresma dos Santos
38	Domingos d. Santos	KUMARUMÃ	Domingos dos Santos Galibi
39	Naldo D. Santos	KUMARUMÃ	Naldo dos Santos
40	Galdino Loriano	KUMARUMÃ	Galdino Este Loriano
41	Cristiano Narciso	KUMARUMÃ	Cristiano Narciso
42	Evilázio Adalberto	KUMARUMÃ	Evilázio Adalberto
43	Lenildo F. Narciso	KUMARUMÃ	Lenildo F. Narciso
44	Elcinho Charles d.S.	KUMARUMÃ	Elcinho Charles dos Santos
45	Carlos R. Louriano	KUMARUMÃ	Carlos R. Louriano
46	Jaciara da Silva	KUMARUMÃ	Jaciara da Silva
47	Ma. José Campos	KUMARUMÃ	Ma. José Campos dos Santos
48	Odileia Rosa	KUMARUMÃ	Odileia Rosa dos Santos
49	Cirleia Narciso	KUMARUMÃ	Cirleia Narciso
50	Naldo dos santos	KUMARUMÃ	Naldo dos Santos
51	Juscilene dos Santos	ARIRAMBÁ	Juscilene dos Santos
52	Elcio N. Fortes	ARIRAMBÁ	ELCIO N. IVES FORTE
53	José Nunes	UAHA	José Nunes Vidal
54	Edna Nunes	KUNANA	Edna Nunes Vidal
55	Fatima Vidal	KUNANA	Fatima Vidal Barbosa
56	Idalina dos Santos	S. J. D. GALIBI	Idalina dos Santos
57	Sérgio dos Santos	PIQUIÁ	Sérgio dos Santos
58	Edimilson dos Santos	KM. 50	Edimilson dos Santos Galibi
59	Lucila dos santos	ESTRELA	Lucila dos Santos Batista
60	Cleide Narciso	TUKAY	Cleide Narciso
61	Edivaldo dos Santos	ESTRELA	Edivaldo dos Santos
62	Oberto M. Gabriel	KUMARUMÃ	Oberto M. Gabriel

Fonte: CURRÍCULO, 2006, p.65.

A proposta deste Currículo para o Ensino Fundamental é resultado de um trabalho feito em conjunto pelas comunidades, professores indígenas, para que todas as escolas em suas atividades pedagógicas estejam pautadas no seu cotidiano e vida de cada etnia, respeitando tudo que faz parte da realidade indígena. O Padre Nello explica que após a aprovação do “currículo” no Seminário entre os professores, lideranças e comunidades realizado na Aldeia Manga, o padre entregou o documento para o Conselho Estadual de Educação que, em suas palavras, conseqüentemente, aprovou.

Antes do CIMI trazer as novas propostas para a educação escolar entre os povos indígenas de Oiapoque, o currículo adotado pela escola era o do não índio, ou seja, um

currículo geral para todos, não era específico. Na escola não se podia falar ou comunicar na língua materna, o professor não indígena não deixava seus alunos participar de festas tradicionais e nem beber o caxixi, caso contrário, apanhava com a palmatória nas mãos, ficava de castigo ajoelhado no milho ou em pedrinhas ou o professor colocava uma régua na boca do aluno para que permanecesse calado. Enfim, havia várias formas de intimidação. Os conteúdos desenvolvidos na escola vinham de fora para as aldeias, o currículo era definido pelos não índios. Não havia uma educação específica e diferenciada até então.

Quando eu estudava na escola, não lembro com quantos anos eu estava, recordo-me que estudei com a professora Isanete, uma professora não indígena. Não tinha o prédio da escola na Aldeia Espírito Santo, nós estudávamos na igreja católica. Essa professora era muito brava, ninguém podia fazer nada sem a permissão dela, não podia ir nas festas, não podia beber sequer algum tipo de bebida tradicional e alcoólica, não era permitido, além de apanhar de palmatória, havia o castigo onde o aluno ficava de mão aberta e de joelho na porta da igreja. Naquela época eu morava com meus pais numa ilha, somente a minha família, bem distante da aldeia Espírito Santo, era uma hora e meia remando para chegar até lá, saía 5h30 da manhã todos os dias para poder estudar na “escola”.

De acordo com a reflexão sobre a Educação Escolar Indígena cabe a nós professores indígenas reunir e buscar ajuda para construir materiais didáticos específicos para as escolas indígenas. Ainda hoje todas as nossas escolas indígenas aqui em Oiapoque continuam recebendo os materiais que vem de fora, que vem do governo, isso porque não temos materiais próprios e específicos para trabalhar com os alunos. Os materiais que temos são algumas cartilhas que foram construídas pelos professores com a ajuda do CIMI e um pequeno dicionário na nossa língua. Essas cartilhas servem somente para as séries iniciais, assim, em nosso planejamento escolar nos baseamos nos livros dos não indígenas recebidos na escola.

Conversei com o Padre sobre a criação desse Núcleo de Educação Indígena (NEI) que existe hoje na Secretaria de Educação do Estado do Amapá (SEED/AP). Sobre essa questão o Padre Nelo me disse que este foi criado para o bem dos povos indígenas, e que esse órgão surgiu da articulação do CIMI, caciques e FUNAI. Ressalta também que desde quando o CIMI passou a trabalhar com os povos indígenas já tinha esse pensamento de autonomia, assim conseguiram no mandato do governador do Estado do Amapá João

Alberto Capiberibe, colocar o primeiro indígena Karipuna, Dionísio dos Santos, para trabalhar no NEI-AP.

O Sistema Modular de Ensino Indígena (SOMEI) está presente na Aldeia Espírito Santo desde julho de 2009, naquele tempo o diretor da escola era o professor Jorge, um professor não indígena, mas antes de implantar o SOMEI havia o Sistema Modular de Ensino (SOME), que iniciou no ano 2000, em todas as aldeias. O SOMEI é um sistema específico de ensino do Estado do Amapá para professores indígenas e não indígenas trabalhar em aldeias do Amapá e norte do Pará. Para isso, o Estado realizou uma especialização para que estes professores pudessem trabalhar na área indígena, assim, o SOMEI funciona por módulo nas aldeias. Contudo, essa relação de trabalho dos professores não indígenas nas aldeias é delicada, pois muitas vezes esses professores só trabalham por dinheiro, não assumem de fato suas responsabilidades e o compromisso de suas atividades docentes nas escolas e comunidades. Por sinal, ocorre também que muitos não cumprem o planejamento de entrada e saída nas áreas indígenas, apresentam inúmeras justificativas para postergar sua chegada e tantas outras para a saída antecipada. Essa realidade é extremamente difícil, pois acarreta num ensino intenso e muitas sem respeitar o tempo do ensino-aprendizagem dos alunos indígenas

Considerações Finais

O CIMI contribuiu de forma inédita para a formação profissional de indígenas das aldeias de Oiapoque nos diversos âmbitos e necessidades das comunidades. Nesse sentido, possibilitou a formação profissional dos primeiros professores de alfabetização a partir da realização do Curso de Magistério específico para professores indígenas, nesse percurso ajudou na formulação e na construção dos currículos diferenciados que respeitam a nossa realidade, que atendam com um calendário próprio, que permitem um planejamento autônomo, inclusive adotando uma merenda escolar específica. Na formação profissional ainda ajudou para que nós tivéssemos um concurso público específico para os professores indígenas, realizado pelo governo do Estado em 2006, bem como ajudou para que os professores indígenas pudessem atuar nas escolas através dos contratos administrativos para aqueles que não são concursados.

Em uma conversa com o senhor Domingos Santa Rosa, ele me explicou que quando o Padre Nello viu que a saúde indígena estava muito precária, ele primeiro procurou fazer

uma pesquisa sobre as plantas medicinais, o que se pode aproveitar para a cura de algumas doenças nas aldeias. Depois, junto com a FUNAI, conseguiram um curso em Macapá para formação de atendentes em Enfermagem e, assim, continuou surgindo novos cursos para a formação profissional de técnicos indígenas na área da saúde.

Atualmente, o Padre Nello e a Irmã Rebeca costumam visitar juntos as aldeias, mas antes visitavam-nas frequentemente, sobretudo para fazer o batizado, a eucaristia, o casamento, um encontro/oficina para quem trabalha na Igreja, um curso para monitores, professores e outros, pois não tinham outros padres para realizar estas atividades, costumeiramente, o Padre Nello trazia consigo alguns padres amigos para trabalhar com ele. Quando o Padre Nello saiu de seu trabalho conosco, foi substituído pelo Padre Agostinho na Paróquia de Oiapoque, assim, passou a realizar as atividades em todas as aldeias da região. Hoje, o Padre Nello e a irmã Rebeca visitam as aldeias uma ou duas vezes por ano, com a finalidade de acompanhar as lutas, a educação escolar, as comunidades, a saúde, os jovens, as atividades culturais, os trabalhos da Igreja e da religião, entre outros.

Atualmente temos muitos indígenas formados e capazes de conduzir a luta e a defesa dos direitos indígenas em face à sociedade não indígena. Antes, o CIMI ajudou intensa e diretamente, pois não tínhamos indígenas com formação, mas hoje temos muitos com qualificação profissional que conduzem a defesa e a luta em todos os momentos, ainda que CIMI continue colaborando quando preciso nas Assembleias, nas conferências e em outras ações.

Referências

CURRÍCULO. *Currículo de Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi-Kalinã*. Oiapoque: SEED/CIMI, 2006.

RONDON, Cândido M. *Índios do Brasil, das cabeceiras do Rio Xingu, dos Rio Araguáia e Oiapóque*. v.II. CNPI, Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1953.

TASSINARI. Antonella I. M.. *No bom da festa*. O processo de construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: EDUSP, 2003.

Entrevistas

FORTE, Adriano. *Entrevista cedida à Lurdimar dos Santos*, 05 de fevereiro de 2017, na Aldeia Espírito Santo.

FORTE, Fernando. *Entrevista cedida à Lurdimar dos Santos*, 08 de janeiro de 2018, na cidade de Oiapoque.

RUFALDI, Padre Nello. *Entrevista cedida à Lurdimar dos Santos*, 21 de fevereiro do 2017, na Paróquia de Oiapoque, Comunidade Missão nas Fronteiras.

SANTOS, Avelino Carivaldo dos. *Entrevista cedida à Lurdimar dos Santos*, 19 de fevereiro de 2017, na Aldeia Espírito Santo.

SPIRES, Irmã Rebeca. *Entrevista cedida à Lurdimar dos Santos*, 18 de outubro de 2017, na Paróquia de Oiapoque, Comunidade Missão nas Fronteiras.